

Indústria ganha apoio para emendas supressivas

Acordo fechado com Quércia garante os votos dos constituintes sob influência do governador

ROBERTO CUSTÓDIO
Da Sucursal

São Paulo — Os parlamentares paulistas que estão sob a influência direta do governador Orestes Quércia serão convencidos a aprovar todos os pontos que a indústria paulista e o grande empresariado nacional — reunido num movimento chamado Unidade Empresarial, formado em Brasília —, querem suprimir do texto constitucional, no segundo turno de votação, como o direito de greve ilimitado, restrições para atuação de empresas estrangeiras no País, o tabelamento de juros e turno de trabalho de seis horas.

O trabalho de convencimento corpor-a-corpo, já iniciado pelo empresariado com o aval do governador, faz parte do acordo entre o governo estadual e o empresariado paulista, selado definitivamente ontem com a visita do governador à Federação das Indústrias de São Paulo, nas comemorações do Dia da Indústria. "Temos tudo em comum: um perfeito entrosamento e idéias de atuar no interesse do País", disse Quércia, tendo ao lado o presidente da Fiesp, Mário Amato.

Segundo o governador, suas instruções são para os parlamentares atender a todos os pedidos da indústria, inclusive os relacionados às conquistas sociais, como direito de greve e ampliação da licença maternidade e paternidade. "Essa coisa de dar oito dias para o pai é um absurdo total e isso não precisa sequer de entendimento. Acho que vai ser derrubada mesmo", avaliou Quércia, explicando que também na questão da empresa nacional — cuja defesa foi um dos principais temas de sua campanha eleitoral, em 86 — já aceita o fim das restrições impostas ao capital estrangeiro. "Se não atrapalhar a empresa nacional, tudo bem, podem aprovar mudanças", disse.

O presidente da Fiesp, que considera Quércia um estadista capaz de suceder a Sarney, disse que o apoio do governador será fundamental nas modificações que o empresariado pretende fazer no texto constitucional. Para ele, além do dispositivo que restringe a entrada de capital estrangeiro no País, a indústria defende como princípio as modificações do direito de greve como foi aprovado, ao permitir a realização de movimentos grevistas de

Cresce pressão contra jornada

Empresários do setor siderúrgico realizaram uma verdadeira maratona contra a jornada de 6 horas de trabalho em turnos de revezamento, aprovada no capítulo dos direitos sociais do projeto de Constituição. A agenda dos empresários incluiu um almoço com parlamentares e jornalistas, visitas a todas as lideranças partidárias e uma reunião com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, todos os encontros ilustrados pelo folheto produzido pelo Instituto Nacional de Siderurgia (INS) com o título "As seis horas que abalarão o Brasil".

Segundo o presidente do INS, André Mussetti, a manutenção desse dispositivo no novo texto constitucional acarretará grandes prejuízos não só para os níveis de produção do setor, como para os trabalhadores, que terão reduzido o mercado de trabalho. Uma outra consequência apontada por Mussetti com a implantação do turno de 6 horas será o estímulo à economia informal e ao subemprego.

caráter político. "Isso é um descalabro. O que está aprovado permite fazer greve de solidariedade. Se aconteceu alguma coisa na Nicarágua, por exemplo, alguém pode querer fazer greve no Brasil e faz. Assim não dá", queixou-se.

No meio empresarial também se intensificam os trabalhos de coleta de sugestões para se fechar um documento representando o pensamento de todos os segmentos da economia a respeito dos pontos a serem suprimidos. Esse documento será divulgado no dia 2 de junho pela CNI, em Brasília, mas é certo que dará destaque aos pontos de consenso e considerados de princípio: direito de greve, fim do turno de seis horas (um consenso entre os industriais) e fim das restrições ao capital estrangeiro.

Um dos principais empresários envolvidos nas negociações com parlamentares na elaboração da Constituição admitiu ontem que as conquistas sociais obtidas pelos trabalhadores poderão ser utilizadas como itens a serem negociados. Assim, não seria surpresa se for mantida a licença paternidade de oito dias, que todos consideram um absurdo, mas em contrapartida poderia ser aprovada, por exemplo, a retirada de um trecho do dispositivo que fala sobre direito de greve ou da definição de empresa nacional.

Segundo esse informante, os empresários têm duas preocupações básicas para o segundo turno: ver suas conquistas garantidas e impedir que sejam aprovadas emendas supressivas apresentadas pelas entidades sindicais ou outros segmentos da sociedade civil, que contrariem as intenções do empresariado. Entre elas está a questão da estabilidade no emprego, para a qual haverá emenda apresentada por deputados do PT, e a questão da reforma agrária.

F. GUALBERTO



Oliveira Santos, Ermírio e Albano: meta é um sindicato só por categoria

Para a Bayer Constituição não vai pegar

Porto Alegre — "No Brasil, existem leis que pegam e que não pegam. A nova Constituição certamente será uma das que não vão pegar", previu ontem o presidente da Bayer do Brasil, Rolf Ludwig Lochner, ao criticar o caráter xenofobo e excessivamente nacionalista da Ordem Econômica aprovada pela Constituinte. Para ele, além de ser inexequível do ponto de vista econômico, as determinações da Constituinte onerarão o contribuinte ainda mais, quando, por exemplo, determinou em 16 por cento o aumento dos repasses de recursos da União aos Estados.

Ele espera que no segundo turno de votações da Assembleia Nacional prevaleça o bom-senso e decisões como a nacionalização do subsolo sejam revogados.

CNC articula luta por sindicato único

Empresários e trabalhadores da indústria e do comércio decidiram trabalhar juntos para garantir na próxima Constituição a atual estrutura sindical, com a manutenção da unidade (um sindicato por categoria) e da contribuição sindical. A decisão foi tomada em um almoço, na sede da Confederação Nacional do Comércio, onde estavam presentes os presidentes da CNC, Antônio de Oliveira Santos; da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco; da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Antônio Almeida; e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, José Calixto Ramos.

No entanto, considerado histórico pelo presidente da CNC, ficou evidenciado que os quatro presidentes têm a mesma posição sobre a estrutura do sindicalismo brasileiro. Eles não querem mudanças e acreditam que o atual modelo atende aos interesses dos trabalhadores.

Oliveira Santos defende também a manutenção da contribuição sindical obrigatória, pois acha que sem essa sustentação os sindicatos brasileiros passariam a ser sustentados por facções ideológicas internacionais. Ele acha que, a partir da reunião de hoje, vai ser mais fácil defender na Constituinte a manutenção desses dois pontos.

Albano repudia tutelamento

"Muitos empresários lamentam o tom detalhista que vem marcando a Assembleia Constituinte e condenam também o excessivo intervencionismo do Estado nos assuntos das empresas privadas". As críticas foram feitas ontem pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, em seu discurso durante a solenidade em comemoração aos 50 anos da entidade.

Segundo Albano Franco, é injustificável a hostilidade dos parlamentares contra o capital estrangeiro, completando que há no Congresso Nacional a ilusão de se substituir as leis de mercado da economia pela retórica bacharelesca. "Como presidente desta Confederação e ainda como membro da Assembleia Constituinte, também lamento a aprovação de tantas decisões irrealistas para o desenvolvimento da Nação", afirmou ele.

Tentando reverter essa situação, Albano Franco fez um apelo aos empresários que participavam do evento afirmando que não se pode perder as esperanças e também dizendo que "o jogo não está perdido. Temos tempo e força para lutar. Para tanto, convoco neste momento todos os companheiros da indústria para serrarem a mais forte fileira no segundo turno da Constituinte e com isso marcar a nova Carta com a flexibilidade e o modernismo que o Brasil tanto precisa", disse ele.

O presidente da CNI também ressaltou que nos 50 anos de existência da Confederação, foi formada uma rede de instituições de alto valor não só para os interesses empresariais, mas também para a promoção dos trabalhadores, como é o caso do Sesi e do Senai.

O presidente da CNI também ressaltou que nos 50 anos de existência da Confederação, foi formada uma rede de instituições de alto valor não só para os interesses empresariais, mas também para a promoção dos trabalhadores, como é o caso do Sesi e do Senai.